

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/7/2018

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, João Leite, e Gustavo Santana (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Noraldino Júnior. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 677/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno (relator: deputado Felipe Attiê). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 17/7/2018, às 15 horas, e os convoca para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2018.

Felipe Attiê, presidente – João Leite – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2018

Às 10h14min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir os Srs. Roberto Willians de Santana, diretor-geral da Escola Técnica Estadual de Transporte Engenheiro Silva Freire, do Rio de Janeiro, e César Mori Júnior, presidente do

Circuito Ferroviário Vale Verde, da região de Lavras. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Walmir de Almeida Januário, diretor administrativo e financeiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, Waldimir Telles, diretor de Ciências e Tecnologia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, Roberto Willians de Santana, diretor-geral da Escola Técnica Estadual de Transportes Engenheiro Silva Freire, César Mori Júnior, presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde, Luciano Murta e André Louis Tenuta Azevedo, diretores da ONG TREM, Antônio Marcos Ramos de Freitas, vereador da Câmara Municipal de Mariana e guarda municipal de Mariana, Geraldo Augusto Simplício e Marconni Esperidião Gonçalves, guardas municipais de Mariana, Antônio Augusto Moreira de Farias, conselheiro da ONG TREM, e Ricardo Soares, engenheiro, ex-funcionário da Usiminas. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, pronuncia suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2018.

João Leite, presidente – Marília Campos – Roberto Andrade.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 14/8/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)**3ª Fase**

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 11.380/2018, do deputado Ivair Nogueira; 11.394/2018, do deputado Sargento Rodrigues; e 11.397/2018, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a carga horária dos policiais e bombeiros militares e, novamente, buscar soluções junto às corporações para o cumprimento da Lei Complementar n.º 127/2013, de modo a interromper a contínua prática de ilegalidade pelos comandantes das mais diversas frações localizadas em todo o Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 5.014/2018, do deputado Rogério Correia.

Requerimento n.º 11.359/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.070/2018, do deputado Nozinho, 5.163/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 5.205/2018, do deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.379/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.418/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.376/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/8/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visitas da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para as visitas a serem realizadas em 16/8/2018, às 9 horas, no Bairro Belvedere, e às 10h30min, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer os trechos ferroviários, as oficinas e os equipamentos localizados nesses bairros.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2018.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.380/2018, do deputado Ivair Nogueira, 11.394/2018, do deputado Sargento Rodrigues, e 11.397/2018, da Comissão de Administração Pública, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 5.188/2018, que trata da preservação e do corte do pequizeiro e do ipê amarelo e seu impacto no Projeto Jaíba; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2018.

Paulo Guedes, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/8/2018**

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, querido amigo e deputado Dalmo Ribeiro Silva, senhores deputados, servidores do Judiciário que acompanham esta reunião aguardando a votação de projetos importantes para o nosso Poder Judiciário, telespectadores da TV Assembleia, imagino que todos nós estejamos passando um momento de total apreensão em relação à postura do governo de Minas Gerais, à postura desse governo do PT. O governo do PT acha que as pessoas sobreviverão sem saúde, que não

precisamos de saúde no Estado de Minas Gerais, que o servidor público sobreviverá sem o atendimento do Ipsemg, que os servidores militares, que muitas vezes estão nas ruas – bombeiro, policial militar e seus familiares – sobreviverão sem atendimento, porque o governo não repassa os recursos do instituto dos militares, bombeiros e policiais militares.

Lamentavelmente, estamos acompanhando em Minas Gerais o abandono total. E parece que está tudo bem. O governador se reúne com a sua candidata, a candidata turista, que veio do Rio Grande do Sul, a ex-presidente Dilma Rousseff, que apareceu em Minas Gerais, até que enfim. Ela passou os anos do seu governo sem investir um centavo no Estado de Minas Gerais. Agora ela quer ser eleita por Minas Gerais. E eles estão conversando sobre isso. Enquanto isso as pessoas estão nas filas dos hospitais. O servidor público não tem atendimento nos hospitais. Olha a situação do Estado de Minas Gerais! E, para o governador, não está acontecendo problema nenhum. Ele está em campanha para sua reeleição e devendo R\$6.000.000.000,00 da saúde. Hoje recebi isto: (– Aproxima o celular do microfone.) Haverá um encontro em Capelinha, em virtude da saúde. (– Aproxima o celular do microfone.) Estamos vendo o caos que o PT implantou em Minas Gerais nos 853 municípios. É apropriação indevida, indébita pegar o dinheiro da educação dos municípios, assim como o da saúde, e utilizá-lo para outra coisa. É mais grave ainda porque o servidor público do Estado de Minas Gerais, que serve à população neste momento, sequer, deputado Sargento Rodrigues, tem atendimento na saúde.

Recebo aqui o comunicado do Hospital César Leite, de Manhuaçu. O ex-deputado Durval Ângelo tem os seus votos nessa região. Espero que ele agora, como conselheiro do Tribunal de Contas, veja o que este governo está fazendo com os servidores da região de Manhuaçu. O Hospital César Leite, que é o maior da região de Manhuaçu, faz um comunicado aos usuários do Ipsemg. Que vergonha! Que vergonha para esse Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais! Mas a vergonha maior é do governo do PT, que não repassa o dinheiro para os hospitais. (– Lê:) “Prezados pacientes. Manhuaçu, 2/8/2018. Dependentes e respectivos familiares vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, informamos que, a partir da zero hora do dia 6/8/2018, segunda-feira, todos os atendimentos médicos e hospitalares, tanto de caráter de urgência e de emergência quanto eletivos, aos beneficiários vinculados ao Ipsemg estão ou estarão suspensos”. Servidor público não será atendido no Leste de Minas Gerais porque o PT não paga aos hospitais que atendem o servidor público. “A suspensão do atendimento decorre do não cumprimento das obrigações contratuais assumidas por parte do Ipsemg junto ao Hospital César Leite, especificamente no que tange ao pagamento das contraprestações mensais”. O hospital diz que o governo do Estado está há mais de três meses atrasado no repasse dos recursos para o atendimento do servidor público.

É um escândalo o governo do PT. Não paga às prefeituras nem aos hospitais para o atendimento do servidor público e não repassa o dinheiro para o instituto dos militares e bombeiros. Aí, se um dos nossos policiais que está nas ruas se ferir, não poderá ter atendimento. E os familiares? Sou filho de policial. Policial está na rua atendendo a ocorrência; e o filho doente em casa. O hospital não o atenderá porque o governo do PT não repassa o recurso do instituto dos militares no Estado de Minas Gerais.

Deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, é uma vergonha! O governo do PT é uma vergonha! Deputado Sargento Rodrigues, representante da segurança pública, dos policiais militares e bombeiros nesta Casa, é uma vergonha o que o PT está fazendo com os nossos policiais militares, os bombeiros e os seus familiares.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Muito obrigado, João Leite pela bondade de conceder-me este aparte e a oportunidade de discutirmos algo tão sério quanto a falta de saúde no Estado de Minas Gerais.

V. Exa. sabe perfeitamente das dificuldades que temos enfrentado, inclusive já até encaminhou à Comissão de Saúde vários temas relativos a isso, pedidos de audiência, denúncias, etc. A situação, deputado João Leite, chegou a um ponto insustentável. Estamos vendo o povo morrer nas portas dos hospitais.

Os hospitais de Minas, todos eles, têm a receber da mão do governo do Estado mais de R\$2.000.000.000,00. Isso para não falar da dívida com os municípios, que já ultrapassa a casa dos R\$5.000.000.000,00. E não estamos vendo nenhuma reação do governo. Pelo contrário, estamos vendo os atrasos constantes dos salários dos servidores de Minas. O aposentado, deputado João

Leite, ainda não recebeu a totalidade do seu salário do mês de junho. E é exatamente aquele funcionário que está no seu momento de vida mais fragilizado, porque está aposentado, muitas vezes não tem nem saúde, nem idade, nem vontade de fazer alguma coisa, um bico, um serviço temporário, depende única e exclusivamente do seu salário de aposentado. Ele faz a conta certinha: “Isso é para pagar a farmácia, o supermercado”. Não sobra dinheiro para nada, nem para comprar uma roupinha, que, muitas vezes, é fornecida por um amigo ou pelos filhos. E, quando vai olhar o contracheque, o dinheiro é pingado. Mesmo o pingado que estava tendo no mês não entrou em junho.

Então, é um desespero, deputado João Leite. O povo está desesperado. A gente anda pela rua, e as pessoas dizem: “Deputado, pelo amor de Deus, ajude a gente. Não desista do funcionário público”. Outro dia, vimos aqui a galeria lotada, com bandeiras da CUT, do Sind-UTE. Vieram aqui defender uma PEC deles e espalharam as mentiras mais banais e mais grosseiras, disseram que éramos contra a votação da PEC. Havia professores aqui, pressão em cima dos deputados. E agora não se vê a mesma movimentação para cobrar o salário dos funcionários e dos aposentados do Estado. Tudo que é de interesse...

Está aqui, no grupo do Poder Judiciário, pedido para a gente votar a data-base. E você não vê nenhum tipo de reação. Há um silêncio aqui em Minas. Em 63 dias, vamos ter uma resposta a esse descaso, a essa pouca-vergonha, a essa falta de sensibilidade que o governo está tendo com o funcionário e com a saúde de Minas Gerais.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Acompanhamos a sua luta, como presidente da Comissão de Saúde, em favor da população de Minas Gerais. Sei que V. Exa. tem viajado, tem-se movimentado.

Deputado, é o que V. Exa. disse, os municípios não recebem do governo do Estado os recursos da saúde. Não repassam o valor do Ipsemg e do IPSM para que os servidores sejam atendidos. A carta aberta da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais também mostra os atrasos de repasses para o setor hospitalar de Minas Gerais, que chegam a R\$1.000.000.000,00. A dívida com o IPSM é de mais de R\$3.000.000.000,00; a dívida com os hospitais – Santa Casa, Luxemburgo, Mário Pena, Hospital Evangélico, enfim, com todos os hospitais – é de R\$1.000.000.000,00. Não é possível que o governo não vai acordar! Continuará comprando carne Angus, camarão GGG e outras coisas, enquanto não há dinheiro para a população ser atendida nos hospitais. Os municípios não recebem recurso, e o governador do Estado está em campanha para a reeleição. Isso é um escândalo. Esse governo é um escândalo, esse governo é uma vergonha.

O deputado Carlos Pimenta se lembrou do requerimento que fiz – e ele o atendeu – para visitarmos o Hospital João XXIII. Digo sempre que o pronto-socorro é de Belo Horizonte, mas atende o Estado, a Bahia, o Espírito Santo, atende todas as estradas federais de Minas Gerais. Então, quando passamos diante do João XXIII, temos de fazer reverência. Foi ali aonde levei a minha filha quando ela engoliu uma moeda. Foi ali que fiz o meu primeiro gesso: dando os meus pulos, quebrei a clavícula.

Foi ali que fomos atendidos, e hoje está abandonado.

O banheiro das médicas do Hospital João XXIII não tem porta. O PT é uma vergonha. É uma vergonha o que eles fizeram no Estado de Minas Gerais. É lamentável os dados que chegam para nós. Aqui está a “Carta aberta à população”. (– Mostra o jornal.) Acabou. Os hospitais filantrópicos são responsáveis por 70% das internações. Acabou o direito à saúde do cidadão e da cidadã de Minas Gerais. Há essa dívida de R\$1.000.000.000,00. Acabou a Rede Cegonha para nossas crianças. Eles estão discutindo agora o aborto. Vão ao Supremo discutir aborto. Não precisa. As crianças estão sendo abortadas no Estado de Minas Gerais. Acabaram com a Rede Cegonha, com o atendimento ao nascituro. Esse é o governo do PT. Tudo. Tudo. O Pro-Hosp está acabado. É o faz de conta do governo no Estado de Minas Gerais.

Já concluo, Sr. Presidente.

A propaganda na hora do *Jornal Nacional*, do *Fantástico*, dizendo que Minas Gerais é uma maravilha não é verdadeira. Gastam R\$100.000.000,00 com propaganda e devem R\$1.000.000.000,00 para a saúde só dos hospitais filantrópicos. Os servidores não estão atendidos. É lamentável, mas essa é a denúncia que fazemos.

Lembro aqui que dona Geralda, minha mãe, 86 anos de idade, ainda não recebeu. Ela é aposentada, trabalhou no Estado, e este governo do PT... Como minha mãe, os outros servidores aposentados foram abandonados. Chega no contracheque dela R\$500,00. É uma vergonha o governo do PT.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, cumprimento os servidores do Poder Judiciário, que estão aqui de prontidão, buscando aprovação do projeto de sua data-base.

Sr. Presidente, eu também não poderia, deputado João Leite, diante da gravidade do que está acontecendo, deixar de ocupar esta tribuna. Quero cumprimentar V. Exa. por trazer assuntos aqui de extrema relevância para o conjunto de toda população mineira. Mas com algumas questões, deputado João Leite, estamos aqui estarecidos. Como este governo é irresponsável! Veja você, deputado João Leite: fiz a denúncia na Comissão de Administração Pública e na Comissão de Constituição e Justiça. Este governo não tem prioridade. Por exemplo, destinou R\$7.000.000,00 para a inauguração de um teatro em Juiz de Fora. O governo do PT destinou R\$7.000.000,00 para a reforma de um teatro em Juiz de Fora, esquecendo-se de áreas tão importantes, como V. Exa. trouxe aqui: a saúde, a educação, a segurança. É, infelizmente, uma covardia o que estão fazendo com os aposentados e aposentadas da administração pública estadual. O governo está castigando dia a dia os servidores públicos.

Deputado João Leite, feitas essas considerações, gostaria de entrar aqui em um tema específico: o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, o Sr. Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, trocou sua patente. Trocou sua patente, deputado João Leite. Agora ele é cabo eleitoral do Fernando Pimentel do PT.

O comandante-geral da Polícia Militar está juntando todo o seu *staff*, vários oficiais, motoristas, ajudantes de ordem, para fazer reunião nas regiões integradas de segurança pública e percorrer as 19 regiões. Deputado João Leite, nós recebemos três áudios falando dessas reuniões nas cidades de Teófilo Ottoni, onde fica a 19ª RPM, e Governador Valadares, onde fica a 8ª RPM. O comandante fica viajando com o seu *staff*, gastando com diária, hotel. Nós imaginamos que ele reuniria a Polícia Militar – porque marca chamadas e todos têm de comparecer – para trazer uma notícia muito boa. Mas o que ele passou a fazer, deputado João Leite? Para fazer mais uma vez a defesa do Fernando Pimentel, do PT, ele começou a dar explicação dizendo o seguinte: “Tenho 30 anos e 6 meses de Polícia Militar, 2 anos como comandante-geral no governo de Fernando Pimentel, e nos últimos 30 dias aprendi algo que não sabia”. Aí ele começa a falar da previdência dos policiais e bombeiros militares, dizendo que, mesmo se o governador pagar os R\$3.000.000.000,00 que desviou criminosamente, a conta não fecha. E sabem por que a conta não fecha? Aí ele apresenta um *slide*, um *data show*, e começa a mostrar os números que passou a conhecer agora. E ainda faz insinuações, deputado João Leite! Nós visitamos o IPSM e descobrimos esse rombo, ou melhor, esse roubo do governo de Fernando Pimentel do PT. Ele disse que a conta não fecha e insinua claramente que os policiais e bombeiros militares precisam ter uma contribuição previdenciária maior. E começa a jogar a culpa nos reformados, nos militares da reserva, nas pensionistas e fala que os militares só contribuem com 11,5%. Ele mais parece um cabo eleitoral do Pimentel ou um técnico da Seplag. Mas o comandante-geral da Polícia Militar, um coronel que ocupa o último posto, que deveria defender a instituição com unhas e dentes, é o primeiro a jogar contra. Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, o senhor está apunhalando a tropa pelas costas ao apregoar que os policiais e bombeiros militares têm que contribuir com mais! E aí faz um paralelo com os servidores civis. Olha, comandante, parece que o senhor se esqueceu do suor, do sangue e do sacrifício de policiais e bombeiros militares deste Estado. O senhor é uma vergonha enquanto comandante-geral dessa instituição, o senhor está rodando as RPMs para dizer que a conta não fecha porque o governador que o senhor apoiou... Está aqui! Veja a foto que nós encontramos na internet, deputado João Leite! (– Mostra a foto.) Ao centro está o Cel. Bianchini, ex-comandante-geral da Polícia Militar, e à direita estão o então Ten.-Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, o Fernando Pimentel e o tal André Leão, que é um leão para

encher os bolsos de diária e perseguir a tropa. Peço ao fotógrafo da Assembleia que faça uma fotografia bem bacana para eu postar na minha *fanpage*. Esse trio que se lambuzou, do ponto de vista ideológico-partidário, está levando a Polícia Militar à ruína.

Agora, o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar, está viajando, fazendo um *tour* pelo Estado para dizer que os bombeiros e policiais militares têm que contribuir mais; que a conta não fecha; que, mesmo se o governo pagar os R\$3.000.000.000,00 que deve ao IPSM e disser que é só isso, vocês terão que tomar conta da rede orgânica da saúde, que o governo paga com o Tesouro, como se o Tesouro do Estado fosse do governador ou do Cel. Helbert Figueiró. Agora, deputado João Leite, esse coronel está pregando que a culpa é dos próprios bombeiros e policiais militares.

Ora, quando o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes for à sua região fazer reuniões, como fez ontem em Unaí, comecem a questioná-lo sobre esse assunto. O art. 38 da Lei nº 10.366, de 28/12/1990, deputado João Leite, trata dos órgãos de direção superior do IPSM, e seu parágrafo único nos remete à composição do conselho administrativo. Segundo a composição estabelecida pelo art. 5º do Decreto nº 45.741/2011, entre os membros natos está o comandante-geral da Polícia Militar e presidente do Conselho de Administração. Então, perguntem ao Cel. Helbert se, como presidente do Conselho de Administração do IPSM, ele tem fiscalizado os desvios criminosos de Pimentel. Cel. Helbert Figueiró, nessas reuniões que o senhor está fazendo agora, como garoto-propaganda e cabo eleitoral de Pimentel, o senhor tem perguntado aos bombeiros e policiais militares o que acham de quatro anos sem a reposição da perda inflacionária, que atinge 25% do IPCA? O senhor tem perguntado a eles como estão sobrevivendo pagando juros do cartão de crédito e cheque especial, com quase três anos de salário parcelado? O senhor tem perguntado para eles por que, com dois ou três anos reformando, não recebem diária, ajuda de custo, férias-prêmio e diferença de promoção? O senhor perguntou para eles como estão sobrevivendo com viaturas sucateadas, armas obsoletas, munições e coletes vencidos? Ora, o senhor, como comandante-geral, só se lembra de defender o governador. O governador, Cel. Helbert, desviou do IPSM R\$3.000.000.000,00, criminosamente, e o senhor, como presidente do Conselho de Administração, ficou caladinho. Não falou um “a”; não saiu em defesa da tropa, não saiu em defesa do próprio IPSM, de que amanhã o senhor, quando virar coronel de pijama, vai depender. Onde estava o coronel?

Agora, deputado Carlos Pimenta, o coronel começa a fazer um *tour* exatamente no início da campanha eleitoral, para dizer aos policiais militares que esse governo tem tratado a polícia de forma diferente. Tem mesmo: sucateou; retirou recursos; não paga os salários em dia; estamos há quatro anos sem reposição da perda inflacionária e vemos um desvio bilionário do IPSM. Cel. Helbert Figueiró, o senhor está apunhalando a tropa da Polícia Militar pelas costas. Lembre-se de que amanhã o senhor será um coronel de pijama e não tente enganar a tropa, até porque a tropa não é boba. O senhor está apregoando que os policiais e bombeiros militares têm que dar uma contribuição maior. Parece mais que virou um técnico da Fazenda ou da Seplag, no assessoramento do governador.

Ora, pelo amor de Deus, não seja o Judas Iscariotes da Polícia Militar! Helbert Figueiró de Lourdes é o Judas Iscariotes da Polícia Militar, fazendo um *tour* para defender o aumento da contribuição previdenciária para os policiais e bombeiros militares da ativa, os inativos e os pensionistas, porque, segundo ele, a conta não fecha. Diz que o governo, o Tesouro, paga a rede orgânica e os proventos dos aposentados e pensionistas, e essa conta não fecha. Ora, depois de 30 anos e 6 meses, o senhor descobriu isso? Parabéns, Cel. Helbert Figueiró! Parabéns pela traição histórica. O senhor será lembrado por todos os policiais e bombeiros militares deste Estado como o maior traidor da classe ao sair apregoando esse monte de mentiras. O senhor deveria ter a coragem de sair de trás da mesa, de bater na mesa e defender o IPSM, defender a sua tropa. Mas, não; prefere servir de capacho do governador, de cabo eleitoral do governador, de assessor do governador a vestir a camisa de comandante-geral da Polícia Militar. Parabéns pela sua traição. O senhor será lembrado para sempre na história da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Elismar Prado, caro amigo deputado Sargento Rodrigues, infelizmente o Plenário está vazio, mas há pessoas que estão nos ouvindo, que seguem os trabalhos da Assembleia Legislativa. Há aqui funcionários do Judiciário. Enfim, mesmo com o Plenário vazio, eu gostaria de continuar abordando um assunto que é de extrema importância e de extrema gravidade para o nosso Estado, principalmente para os municípios mineiros, que é a total

insolvência desses municípios, causada pelo não pagamento das obrigações do Estado à totalidade das cidades de Minas Gerais. Poderia começar pela saúde. Já aparteei o deputado João Leite e disse, em algum momento, das dificuldades que estamos vivendo na saúde pública.

Mas eu quero chamar a atenção para dois problemas que acontecem com os municípios. O primeiro deles é que, ao reter os recursos que deveriam ser repassados para a área educacional, através do Fundeb, o governo do Estado de Minas Gerais faz com que as prefeituras sejam obrigadas a paralisar algumas atividades escolares e atrasar, infelizmente, o pagamento dos professores. É o caos que estamos vivendo. Quando o prefeito anuncia que será obrigado a parcelar o pagamento dos professores, que atrasará o pagamento dos professores, traz uma indignação muito grande. Graças a Deus os prefeitos estão deixando bem claro que esse atraso no pagamento, esse parcelamento do pagamento dos professores é única e exclusivamente em decorrência do não repasse dos recursos do Fundeb do governo do Estado aos municípios mineiros. As escolas municipais estão paralisadas. Agravando esse problema, o transporte escolar também está sendo interrompido na grande maioria das escolas, principalmente nas escolas rurais.

Então não é só a saúde que está um caos, não é só a saúde que está passando por tanta dificuldade, mas também a educação. A coisa mais importante na nossa vida é a educação dos jovens que moram na zona rural, que não podem e não conseguem mais ter acesso ao ônibus que faz o seu transporte para a escola mais próxima. As famílias não têm condições de arcar com esse custo, porque é muito caro. E é obrigação do Estado, é obrigação dos municípios.

Então estamos vivendo essa situação, que é extremamente desgastante, preocupante e injusta com a juventude nos nossos municípios. Não há dinheiro para pagar o transporte escolar; não há dinheiro para pagar a gasolina, o óleo diesel, quando o município tem a frota própria. O prefeito é obrigado a paralisar, o posto não fornece, as empresas conveniadas não colocam seus ônibus para transportar.

E agora esse problema entra para a sala de aula, porque são obrigados a atrasar o pagamento dos professores.

Em relação à saúde pública, meu caro Sargento Rodrigues, estamos vendo por aí o que está acontecendo. V. Exa. falou do IPSM. Rodrigues, os hospitais estão colocando placas em suas portas com os seguintes dizeres: “Estamos interrompendo o atendimento pelo IPSM”; “Estamos interrompendo atendimento pelo Ipsemg”. Veja bem o impacto que isso causa às famílias dos policiais militares, dos bombeiros, dos policiais civis, porque não conseguem entrar no hospital, que é um direito deles. Eles tinham um fundo que era respeitado, que regulava. Quando atrasava o salário, esse fundo que havia no IPSM, cobria a despesa de um mês, de uma semana. Mas foram tirando dinheiro desse fundo como uma caixa d’água: furaram embaixo, o dinheiro escoou todo, e ninguém sabe para onde foi. Agora, os policiais estão humilhados.

Tem um caso de um policial, amigo meu, cuja família precisava do atendimento para uma criança fazer uma cirurgia de adenoide. Ele procurou o IPSM, procurou isso, procurou aquilo, e a criancinha de 3 anos teve de ser operada em caráter de urgência, através do SUS. Uma dificuldade louca para ela poder fazer essa cirurgia. A criança dormia e acordava várias vezes à noite porque não tinha condições de respirar. Faltava-lhe ar, as adenoides estavam crescidas, por isso tinha dificuldade de respirar. E esse policial me procurou e falou assim: “Dr. Carlos, pelo amor de Deus, o que eu faço? É um direito que me foi tirado!”. Na verdade, é um direito tirado todos os dias de milhares de funcionários e familiares dos policiais militares. Quando eles chegam no hospital veem uma placa dizendo: “Não atendemos pelo IPSM”, “Não atendemos pelo Ipsemg”.

Então, Rodrigues, quero ouvi-lo, mas antes gostaria de dizer que esse drama está acontecendo todos os dias. Meu Deus do céu! Imagine para o policial militar, que arrisca a sua vida, mas que teve direitos garantidos por esta Casa, graças à votação encabeçada pelo deputado Sargento Rodrigues, trazendo-lhes avanços. Ora, não foi privilégio algum aos policiais militares. Foram propostas bem estudadas, elaboradas, discutidas. Conseguiram emplacar essas propostas, essas conquistas que são de direito do policial militar. Automaticamente, tudo isso vai se esvaindo pouco a pouco por falta de compromisso do governo com a tropa de policiais, principalmente com os mais humildes. O filho do general, do coronel, enfim, das patentes mais graduadas podem ter

condições, e é muito bom que tenham condições para se tratar; mas o filho do cabo, do soldado, que tem o IPSM como último recurso, é obrigado a se humilhar para poder ter acesso a um direito, que está sendo tirado de cada um deles.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero cumprimentar V. Exa., deputado Carlos Pimenta, sempre muito centrado, muito responsável na fala. Obviamente, V. Exa., como médico experiente que é, conhece bem a dor dessas famílias que estão batendo nas portas. Os cortes de convênio estão por todo o Estado.

E por que o IPSM existe? Primeiro, deputado Carlos Pimenta, porque ele foi criado por um grupo de sargentos da Cavalaria, em 1911, a antiga Caixa Beneficente. Essa caixa foi criada com qual objetivo? Em 1911, os policiais militares, à época do Regimento da Cavalaria, assistiam à morte de um companheiro e viam que a viúva e os filhos ficavam abandonados. Eles não tinham previdência, não tinham nada. Então, resolveram criar essa caixa e disseram: “Olha, a gente vai contribuindo e, quando um falecer, socorreremos a viúva com uma ajuda de custo para os filhos”. Portanto, a Caixa Beneficente passou mais de 50 anos com a contribuição apenas dos próprios policiais militares para depois virar o IPSM, com a Lei nº 10.366, de 1990. Essa é a história resumida do IPSM. Já fizemos até uma homenagem aqui aos seus 100 anos, em 2011.

Mas o que está acontecendo, deputado Carlos Pimenta? Falo isso porque, quando o Azeredo desviou R\$700.000,00, abrimos uma CPI aqui, no governo Itamar.

Fui o primeiro a abrir a CPI, mas agora não podemos abrir CPI. Consegui 20 assinaturas. Não se consegue mais a CPI. E essa dívida, deputado Carlos Pimenta, foi informada oficialmente pelo Cel. Vinícius Rodrigues, que é o diretor-geral do IPSM, quando da visita da Comissão de Segurança Pública, no dia 5 de fevereiro deste ano. Veja o que está acontecendo. Vou ler um artigo. Quando encerramos a CPI contra o Azeredo, no relatório dissemos que, em tese, ele havia cometido o crime previsto no art. 315, do Código Penal. Que artigo é esse? São duas linhas: “Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa daquela estabelecida em lei”. Ou seja, Fernando Pimentel, do PT, está em flagrante delito, em flagrante permanente. Ele vem desviando reiteradas vezes, todos os meses, a contribuição patronal e a contribuição do segurado, inclusive o que é descontado em contracheque. Ele as manda para o caixa único e não as destina para o IPSM. E o estrago da família policial e bombeiro militar V. Exa. já na rua está conhecendo de perto, lá na sua região Norte. V. Exa., que é médico, é acionado por familiares de policiais e está vendo. Esse é o desastre deste governo. Este governo destruiu o Estado, deputado Carlos Pimenta, em todas as áreas, no IPSM, no Ipsemg, na educação, na saúde. Deu calote nos prefeitos. Destruiu tudo. Fernando Pimentel e o PT destruíram a administração pública de Minas Gerais. Parabéns a V. Exa.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado. Dando continuidade ao nosso pronunciamento, quero dizer que amanhã, quarta-feira, dia 8, os prefeitos de Minas Gerais estarão lotando a Assembleia, buscando os deputados, buscando os companheiros para que possamos votar um projeto que está aqui. Através desse projeto, o governo de Minas, o governo Pimentel solicita um empréstimo. É uma transação financeira solicitando um empréstimo para aliviar os cofres do Estado, para que pague aos municípios.

Estou dizendo aqui em alto e bom som: eu, deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, sabendo das dificuldades por que o Estado está passando e, principalmente, as prefeituras de Minas Gerais estão passando em virtude do não recolhimento e do não encaminhamento dos recursos da saúde pública, faço o compromisso formal de votar favoravelmente a esse projeto, desde que possamos apresentar uma emenda, que seja específica, chancelada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais e pelo Ministério Público, para pagar única e exclusivamente a dívida do Estado com os municípios mineiros. Vamos procurar o presidente daqui a pouco. Conversei com o presidente Adalever Lopes. Estou disposto a assumir a responsabilidade de apresentar essa emenda para que esse empréstimo possa ter a possibilidade de ser votado, ser aprovado, e os recursos – sejam 70% – para o pagamento dos prefeitos, das prefeituras, que estão precisando receber os recursos da saúde, do transporte escolar, etc. e 30% para o Poder Judiciário beneficiar seus servidores, conforme o pedido encaminhado a esta Casa. Não voltarei sem esse essa condição. Não estarei aqui defendendo o projeto sem essa condição.

Se pusermos os bilhões que poderão advir dessa negociação financeira no caixa único do Estado, tenho certeza e plena convicção de que esse dinheiro não será utilizado para quitar a dívida do Estado com os municípios mineiros. Só com a saúde pública são R\$5.000.000.000,00; e com os hospitais, R\$2.000.000.000,00. Fora o transporte escolar e o Fundeb, que já chegam, respectivamente, a quase R\$800.000.000,00 e R\$1.000.000.000,00. O dinheiro é pouco, mas servirá de alívio para que as prefeituras mineiras possam, pelo menos, honrar os seus compromissos e para que não seja necessário fazer o parcelamento injusto e covarde com os salários dos servidores dos seus municípios. Além disso, para que tenham, pelo menos, o recurso para comprarem remédio, prestarem atendimento básico, encaminharem o paciente, enfim, para que atendam a saúde básica do nosso povo.

Finalizo, presidente, repetindo: votarei favoravelmente ao empréstimo que o Estado está pedindo, desde que 70% desses recursos sejam destinados ao pagamento da dívida com os municípios mineiros e 30% ao socorro do Judiciário, que está passando por dificuldade e precisa atender a demanda dos funcionários, dos servidores da área do Judiciário mineiro. Essa é a minha posição. Não arredarei o pé dela. Se for necessário, ou melhor, será necessário apresentarmos uma emenda neste sentido: dinheiro no fundo único do Estado não! Dinheiro para os municípios terá o voto do deputado Carlos Pimenta. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2018

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, presidente. Aproveito esta tribuna para, em boa hora, levantar um assunto extremamente relevante e preocupante entre tantos que trazemos, desta Casa, ao conhecimento de todos os mineiros que acompanham a TV Assembleia.

Tenho comigo, presidente, um comunicado do Hospital São José, da Sociedade de São Vicente de Paulo, que atende o Município de Ituiutaba. Sabemos que os hospitais filantrópicos estão sofrendo muito em todo o Estado com a falta de repasses por parte do governo, e a situação do São José não é diferente.

O Hospital São José é filantrópico e atende o Município de Ituiutaba e toda uma região que conta com mais de 200 mil pessoas que necessitam do seu atendimento, mas ele vem passando por uma crise. Isso já é cíclico, não vem de agora. Inclusive, ele está há mais de um ano sem receber repasses por parte do governo do Estado, são mais de R\$2.000.000,00 nesse período. Alguns programas também estão há mais de 17 meses sem receber nenhum recurso. Lamentavelmente, o Hospital São José, da Sociedade de São Vicente de Paulo, ontem, dia 7 de agosto de 2018, às 8 horas e 49 minutos, comunicou a suspensão parcial dos seus atendimentos médicos.

Tivemos informações de que, depois dessa possibilidade de fechamento parcial e da suspensão dos atendimentos médicos do Hospital São José, houve um acordo entre o município e a câmara e vai ser repassado um valor. É claro que é um valor muito pequeno, insuficiente, serão R\$50.000,00 da câmara e R\$50.000,00 da prefeitura, num período de três meses, o que totaliza R\$300.000,00. Ou seja, é uma medida paliativa. Parabenizamos todos os esforços no sentido de o Hospital São José não suspender os seus serviços, mas a nossa preocupação é que isso não resolve o problema do hospital. Eles anunciaram a retomada dos trabalhos, porém, a partir do mês de outubro ou novembro, poderemos estar sujeitos a uma nova crise muito grave no Hospital São José, que não pode, jamais, deixar de atender toda aquela população. É um direito constitucional. Os pacientes não podem ficar a mercê de disputas político-partidárias, de forma alguma. Sabemos que houve muitas reuniões com a participação do promotor que cuida da área da saúde, do gestor municipal, do Conselho Municipal de Saúde, de todos os envolvidos, e, enfim, saiu essa medida paliativa de última hora. Mas nós queremos segurança para todos aqueles pacientes, afinal de contas o Hospital São José atende não só o Município de Ituiutaba mas também uma série de municípios da região. Ele é um hospital regional fundamental e é o único que atende a cidade de Ituiutaba, além de todo o Pontal do Triângulo Mineiro, os municípios da microrregião: Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiacú e Santa Vitória. Sabemos que os hospitais filantrópicos, não só o São José, mas

todos, atendem, pelo menos 70% das internações feitas pelo SUS, dada a sua importância. Repito a importância da Sociedade de São Vicente de Paulo, que é respeitadíssima em todo o Brasil.

Precisamos cobrar do Estado. Já protocolei um ofício ao Estado solicitando o repasse imediato dos recursos devidos ao Hospital São José no valor de R\$2.100.000,00 em atraso, que correspondem a mais de um ano sem fazer o repasse, para que o hospital não paralise e não tenha nenhuma ameaça novamente de suspensão dos serviços de atendimento médico. O corpo médico elaborou esse comunicado – que é legítimo – informando que estão sem receber. Eles não podem ficar sem receber e têm de receber pelos trabalhos. O problema é que a população acaba sendo a mais prejudicada.

Quero fazer esse apelo, presidente, ao governo do Estado. Já fizemos outro apelo no mesmo sentido em relação a Uberlândia, a quem o Estado deve um valor muito alto. Já fizemos documentos e pronunciamentos para que o Estado repasse essa verba. Entendemos que vivemos um momento de crise, mas temos prioridades. A população não pode ficar desassistida de maneira nenhuma.

Já ajudamos muito o Hospital São José, tanto eu como o deputado Weliton Prado, através de emendas parlamentares para a compra de equipamentos, em diversas ocasiões. Inclusive, esse hospital está passando por uma grande ampliação. Esperamos que ele seja referência para toda aquela região, a fim de que possamos desafogar o atendimento em Uberlândia para que a população possa ter ali o serviço de média e alta complexidade.

Porém, a população não pode ficar refém de todo esse processo. Ora, é um direito constitucional ter acesso à saúde. Vira e mexe o Hospital São José anuncia essa dificuldade, passa por crises. Sabemos que essa medida paliativa permitirá que o hospital retome os seus trabalhos, mas ela não vai resolver definitivamente o problema.

Temos falta de pagamento de mais de R\$2.000.000,00 por parte do Estado, que está há mais de um ano sem fazer o repasse. Temos o gestor, o município, que há meses não faz o reajuste do procedimento. Temos a tabela do SUS que, de fato, está muito defasada. Enfim, há uma série de dificuldades, mas a população precisa ser atendida e tratada com respeito.

Quero dizer a todos de Ituiutaba que vamos continuar ajudando o Hospital São José todos os anos para fazer a sua modernização, efetivando a construção do seu prédio, para que fique realmente concluída aquela obra. Mas há recursos de custeio. A manutenção é do corpo clínico, de todos os trabalhadores do hospital. E, para isso, eles precisam da ajuda de todos, é uma ação coletiva. Não se pode colocar a disputa política acima disso. É um direito de uma população sofrida, que tem de ser respeitada nesse sentido.

Na verdade, precisamos do município engajado, do Estado cumprindo o seu papel constitucional, fazendo as transferências devidas. Que todos possam trabalhar, no sentido de defender o Hospital São José, tão importante para toda essa região do Pontal, do Triângulo Mineiro e de todos os municípios que compõem essa microrregião.

Presidente, quero dizer que já fizemos ofício ao Estado e estamos cobrando todos os dias aqui. Sabemos do acordo feito lá pelo município, na câmara municipal. Porém, precisamos ter, acima de tudo isso, segurança. O hospital não pode jamais sofrer alguma ameaça de fechamento. O povo já está sendo sacrificado em tantas áreas, e o acesso à saúde é um direito constitucional! Um hospital daquela importância fazendo um comunicado grave da suspensão parcial dos atendimentos médicos, ora, isso é inadmissível! O que queremos é uma política séria de Estado. Que o Estado passe, de maneira criteriosa, sem atraso, todos os repasses devidos. Que o gestor municipal faça a sua parte, que todos os deputados possam contribuir com o hospital, colocando ali os recursos. Enfim, que todos possam estar unidos, porque é uma política pública acima de qualquer disputa, é uma questão de interesse público.

Então, quero deixar registrado aqui e dizer a toda população de Ituiutaba e região que estamos acompanhando essa questão, tanto eu quanto o deputado Weliton Prado, em Brasília, fazendo todas as articulações, no sentido de dar a nossa contribuição, que é nossa obrigação. Obrigação de todos que atuam ali, naquela região, seja município, seja câmara municipal, sejam parlamentares. E o Estado tem que cumprir o seu papel. Repito aqui que fazemos a cobrança insistente para que o Estado possa fazer o repasse. O

Hospital São José está agonizando, há mais de um ano, com o atraso desse repasse. Há cirurgias marcadas, uma série de procedimentos, e a população está sofrendo, sendo sacrificada lá na ponta.

Espero que o Estado possa priorizar a saúde. Que possamos ver o Hospital São José funcionando com segurança e que ele não fique à *mercê* dessa crise. Vamos acompanhar isso dia a dia, para contribuir sempre com esse hospital, pelo qual temos um carinho muito grande, e com a Sociedade de São Vicente de Paulo, que cuida com muito carinho desse hospital.

Não vou entrar aqui em questões de gestão, porque se trata de uma questão interna. Eles que resolvam a questão de gestão. Faremos a nossa parte, o município fará a sua parte, os vereadores farão a sua parte. Aqui estamos cobrando do Estado de Minas Gerais, que há um ano não faz o repasse devido ao Hospital São José.

Repito, alguns programas estão há 17 meses sem nenhum repasse por parte do governo do Estado, lembrando que os hospitais filantrópicos são fundamentais. Eles são responsáveis por mais de 70% de todas as internações feitas pelo Sistema Único de Saúde.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado. V. Exa. toca em uma questão extremamente importante, uma questão de saúde. Também vou tratar do mesmo tema, mais especificamente da saúde das crianças, que estão correndo risco no Brasil. O STF, mais uma vez, se debruça em sua sanha abortista sobre a liberação indiscriminada do aborto no Brasil. Não podemos aceitar isso. As mulheres feministas agora vêm com aquele discurso: “Meu corpo, minhas regras”. Não nos preocupamos com o corpo delas, estamos preocupados com o corpo da criança inocente que elas carregam. Não podemos permitir que seja estabelecido no Brasil o genocídio de bebês. Não vamos aceitar calados que o ministro Barroso, que defende essa ideia, que levanta essa bandeira, institua no Brasil o massacre de crianças. Vejam bem que absurdo é o tema aborto. Vejam que absurdo isto: quando se identifica a possibilidade de uma molécula de água encontrar vida em Marte, celebra-se, e dizem que é a vida. Encontraram vida em Marte em uma molécula de água, mas a vida existente no ventre da mulher, para a humanidade, parece que não vale mais nada. Quando alguém mata um ovo de tartaruga no Projeto Tamar, nas praias do Projeto Tamar, na Bahia, a pessoa vai presa imediatamente. Mas querem dizer que as crianças inocentes podem livremente ser retiradas, de maneira violenta, de maneira agressiva, do ventre da sua mãe.

Maquiam os números de mortes no parto de mulheres no Brasil. Há morte por eclâmpsia, há morte por uma série de coisas, mas o número de mortes por aborto mal-sucedido não é algo que justifique a morte de milhões de bebês, como o STF quer instituir no Brasil. Obrigado, deputado.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, deputado. Mais algum deputado deseja usar a palavra? Deputado Vanderlei Miranda?

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* – Quero agradecer ao colega o aparte e me solidarizar com o que acabou de falar o deputado Léo Portela. Quero crer que a solução que estão buscando para essa questão do aborto não é viável, não é saudável e não é aplicável. Quero dizer que temos nos manifestado contra o aborto da forma como está sendo proposto. O nosso STF está deixando a sua condição de juízes das causas para legislar sobre as causas. Se fizermos hoje um plebiscito, se fizermos hoje uma pesquisa junto à população brasileira, se ela é a favor ou contra o aborto, com toda certeza, a nossa população será contra o aborto.

Como bem dito aqui pelo deputado Léo Portela, também já fiz esta mesma comparação: a ciência está gastando bilhões e bilhões de dólares, deputado, presidente João Leite, para ver se encontra um resquício de vida em Marte, um resquício de vida, mas o nosso STF, por meio do ministro Barroso, entende que – convém salientar que numa decisão monocrática, ou seja, apenas ele decidiu isso em favor de uma pessoa – uma vida no ventre, com três meses de gestação, pode ser triturada e sugada de lá. Isso é um absurdo, para não dizer um crime contra as nossas crianças.

Já não basta o que perdemos, no dia a dia, através da violência da nossa sociedade; já não basta o que perdemos de crianças, no dia a dia, para os pedófilos; já não basta o que perdemos de crianças, no dia a dia, para a marginalidade, cooptadas pelos marginais adultos. Agora há o projeto faraó. E o que quer dizer um projeto faraó? É matar no nascedouro; é matar quando está sendo

gestada, e já é uma vida, com toda certeza. Não podemos permitir. A maioria desta Casa, com certeza, defende sua posição contra o aborto.

Muito obrigado, meu querido colega deputado Elismar Prado; muito obrigado, presidente, deputado João Leite.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado. Já concluo. Só quero externar novamente o nosso carinho ao Hospital São José, hospital regional do Pontal, de Ituiutaba. Estamos fazendo aqui a sua defesa incondicional, e vamos acompanhá-lo. Queremos segurança. Que o hospital jamais passe pela ameaça de suspensão dos seus atendimentos. Quero parabenizar toda a equipe, inclusive a comissão de voluntários; o Valmir, que faz um trabalho extraordinário. E esperamos que todos possam fazer sua parte. Repito, que o Estado possa fazer o repasse, há mais de um ano em atraso com o Hospital São José, para que possa garantir segurança e o funcionamento do hospital. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, quero concordar com as palavras proferidas anteriormente pelo ilustre deputado João Vítor Xavier. Infelizmente, tomar conhecimento de que a empacotadora de vento está na frente nas pesquisas em Minas Gerais é para ficar estarelecido. Você perde até as palavras. Qual é o sentimento de ver a empacotadora de vento em primeiro lugar nas pesquisas?



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/8/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriana Duarte Costa, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Elaine Aparecida Lopes Santiago da Silva, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

exonerando Érika Regina Gonçalves Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Ivete Carvalho Maia Pereira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Renato Pereira dos Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Roberto Carlos Ribeiro Alves, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando José Versiani França Gusmão, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Mirian Antônia Ferreira Lima de Sousa, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 55/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 110/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/8/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação do serviço de envio de *short message service* – SMS.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 59/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 150/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude da revogação do lote 2 no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de licenças de *softwares* para *datacenter*, o número do processo no Portal de Compras foi alterado de 1011014 118/2018 para 1011014 150/2018, e a sessão pública virtual fica adiada para as 15h30min do dia 28/8/2018.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO CTO/55/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli. Objeto: prestação de serviço de transcrição de áudio via reconhecimento de voz. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 33/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 57/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Áudio Comunicação Ltda. Objeto: instalação e manutenção de *software* de espera telefônica personalizada, com as características descritas na cláusula 1. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, prorrogável na forma da lei. Licitação: dispensável (art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****OFÍCIO Nº 23/2018**

Na publicação da matéria em epígrafe, em 9/8/2018, na pág. 42, sob o título “Manifestação”, substitua-se o quadro “IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO – SEI 081008-35 – 2018” pelo quadro a seguir:

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO – SEI 081008-35 – 2019					
Cargos	Padrão de Vencimento	Recrutamento	Vencimentos	Quantitativo de Cargos	TOTAL COM AUXÍLIOS
ASSESSOR DE JUIZ	51	AMPLO	5.786,57	30	3.305.874,02
ASSESSOR TÉCNICO II	77	AMPLO	13.310,19	12	2.526.128,90
ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE	61	AMPLO	7.971,84	2	278.665,48
ASSESSOR JUDICIÁRIO	77	AMPLO	13.310,19	30	6.315.322,25
ASSESSOR JUDICIÁRIO	77	LIMITADO	13.310,19	10	1.023.703,20
GERENTE DE CARTÓRIO	77	LIMITADO	13.310,19	2	204.740,64
ESCREVENTE	69	LIMITADO	10.300,88	2	124.492,32
ASSISTENTE JUDICIÁRIO	29	AMPLO	2.859,59	20	1.272.968,40
OFICIAL JUDICIÁRIO	28	-	3.683,37	32	2.463.623,90
TOTAL				136	17.515.519,11

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/8/2018, na pág. 27, onde se lê:

“Tomaz D'Avila Coelho”, leia-se:

“Tomás D'Avila Coelho Pereira”.